



## Senado deve concluir votação da PEC do Teto de Gastos hoje

Waldemir Barreto/Agência Senado — 30/11/2016



Se a PEC do Teto de Gastos for aprovada hoje pelo Plenário do Senado, deve ser promulgada na quinta-feira

A oposição, no entanto, anunciou que vai obstruir a votação e pediu ao STF a suspensão da análise da proposta, que teve tramitação acelerada no Plenário

O Plenário pode concluir hoje a votação da PEC do Teto de Gastos. A proposta, que limita o aumento dos gastos públicos à variação da inflação pelos próximos 20 anos, foi aprovada em primeiro turno em novembro e, se passar hoje, deve ser promulgada na quinta-feira. Na semana passada, a PEC 55/2016 teve tramitação acelerada e passou por três sessões de discussão em um único dia. Senadores de oposição, contrários à proposta apresentada pelo governo, anunciaram que

pretendem obstruir a votação e que já ingressaram com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal para suspender a análise. Já os governistas querem aprovar o texto ainda hoje, para permitir a promulgação da proposta antes do recesso parlamentar. O Congresso também se reúne hoje para analisar nove vetos presidenciais e concluir a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que já teve o texto principal aprovado, mas depende da análise de três destaques. **3**

**Implementação do Acordo do Clima é tema de debate **2****

**Senado pode ter de aprovar advogado-geral da União **6****

**Orçamento da saúde corre risco de não atingir o piso **3****

**Comissão analisa reconstrução de mamas pelo SUS **8****

**Fim do imposto sindical obrigatório pode ser votado **8****

### especial Cidadania



Fiscalização no Ceará: nova lei incluiu trabalho escravo no crime de tráfico

## Marco legal amplia proteção a vítimas de tráfico de pessoas

O novo marco legal para o tráfico de pessoas, resultante de proposta de CPI que atuou no Senado até 2012, trabalha em três eixos: prevenção, proteção à vítima e repressão ao crime. O principal objetivo da mudança na lei foi facilitar a identificação do crime. O Código Penal só tipificava como tráfico esse tipo de crime

quando ocorria para fins de exploração sexual, interno ou internacional. Cabia ao sistema de Justiça equiparar as condutas penais para punir crimes correlatos como escravidão, adoção ilegal e tráfico de órgãos. A nova lei simplificou o processo, criando um artigo único que prevê diversas finalidades de exploração. **4 e 5**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Debate sobre o Dia Internacional dos Direitos Humanos atacou o teto de gastos

## Movimentos sociais criticam limitação da despesa pública

A possível aprovação da PEC do Teto de Gastos foi alvo de críticas em audiência na Comissão de Direitos Humanos. Representantes de movimentos sociais afirmaram que a proposta tornará ainda mais precário o acesso da população pobre a direitos básicos. **6**

## Vídeo que explica o refinanciamento de dívida está no site do Senado

O refinanciamento da dívida pública é o tema do novo vídeo da série Orçamento Fácil e foi lançado ontem no site do Senado. A série conta agora com 13 animações. Hoje deve ser lançada mais uma ferramenta para transparência do Orçamento: Siga Brasil Painéis. **3**



A série de animações Orçamento Fácil é um projeto pedagógico multimídia

# Embaixadores debatem futuro do acordo do clima

Audiência discute hoje regras decididas mês passado, em Marrocos, para facilitar a implementação de metas para frear as mudanças climáticas

OS EMBAIXADORES DE Marrocos, de Fiji, da França e da Alemanha participam hoje de audiência da Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC) para discutir os resultados da Convenção das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP-22, realizada em novembro em Marrakech (Marrocos). O objetivo da COP este ano era determinar regras para a implementação das obrigações previstas no Acordo de Paris, firmado em dezembro de 2015.

O acordo estabelece mecanismos para que os países

signatários limitem as emissões de poluentes para conter o aumento da temperatura global em menos de 2 °C. O compromisso do Brasil é cortar 37% das emissões de gases de efeito estufa até 2025, com indicativo de chegar a 43% até 2030.

Outras metas do país são aumentar em 45% a participação de energias renováveis na matriz energética nos próximos 15 anos, sendo que a parcela da bioenergia sustentável na matriz deve crescer cerca de 18%. É ainda incumbência do Brasil restaurar 12 milhões de hectares de florestas.

## A audiência

Foram convidados para o debate os embaixadores de Marrocos, Nabil Adghoghi; de Fiji, Cama Tuiqilaqila Tui-

loma; da França, Laurent Bili, e da Alemanha, Johann Georg Michael Witschel. Dez outros embaixadores também estarão presentes na audiência, entre eles os da União Europeia, de Angola e de Portugal.

A reunião é uma iniciativa do relator da comissão, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). O senador destaca que, para o Ministério do Meio Ambiente, o documento elaborado na COP-22 representa um ponto de partida para implementar o acordo firmado em Paris.

De acordo com Bezerra, é preciso iniciar as discussões dos desafios futuros propostos para o clima.

A COP de 2017 será na cidade de Bonn, na Alemanha.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar dela

## Nota da Presidência do Senado

A Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado divulgou nota a respeito da denúncia oferecida pelo procurador-geral da República ontem. Eis a íntegra da nota:

O senador Renan Calheiros jamais autorizou ou consentiu que o deputado Aníbal Gomes ou qualquer outra pessoa falasse em seu nome em qualquer circunstância. O senador reitera que suas contas eleitorais já foram aprovadas e está tranquilo para esclarecer esse e outros pontos da investigação.

Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado



Nilson Bastiani/OD

Morreu no domingo, em São Paulo, aos 79 anos, o deputado federal João Castelo, do PSDB do Maranhão. Natural de Caxias (MA), João Castelo era deputado pela antiga Arena quando foi nomeado governador do Maranhão, cargo que exerceu entre 1979 e 1982. Foi senador de 1983 a 1991, filiado ao então PDS, ao PRN e ao PP. Filiou-se no fim dos anos 90 ao PSDB. Obteve dois mandatos de deputado federal, entre 1999 e 2007. Em 2008, foi eleito prefeito de São Luís. Voltou à Câmara em 2015, no quinto mandato como deputado federal.



Limitar a emissão de gases poluentes no Brasil é uma das metas estabelecidas no Acordo de Paris, assinado em 2015

## Defesa da concorrência do Mercosul está em pauta

A ratificação do Acordo de Defesa da Concorrência do Mercosul deve ser votada hoje pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). O acordo, assinado em Foz do Iguaçu (PR) em 2010, destina-se à coordenação das políticas de concorrência comercial entre os países do bloco, de modo a evitar práticas anticompetitivas e de concentração econômica.

Segundo o novo acordo, retificado pelo PDS 81/2016, os países-membros poderão efetuar consultas mútuas que

deverão ser respondidas em no máximo 90 dias pela autoridade de concorrência do país. O texto substitui o Protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul.

Também estão na pauta da reunião da CRE, que começa às 10h, projetos de ratificação de acordos com vários países. Com o Uruguai, os tratados são para intercâmbio de informações em segurança pública (PDS 82/2016) e sobre residência permanente com o objetivo de alcançar a livre circulação de

peças (PDS 85/2016). Com a Bélgica, sobre transferência de pessoas condenadas (PDS 84/2016). Outro acordo é sobre a concessão de visto para estudantes nacionais dos estados-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (PDS 83/2016).

Pode ser votada também a convenção relativa à citação, intimação e notificação no estrangeiro de documentos judiciais e extrajudiciais em matéria civil e comercial (PDS 86/2016).

## Congresso comemora centenário de Miguel Arraes

Os cem anos do nascimento de Miguel Arraes serão comemorados hoje em sessão solene do Congresso Nacional, às 12h. A iniciativa é da senadora Lídice da Mata (PSB-BA).

Nascido em 15 de dezembro no Ceará, Miguel Arraes fez carreira política em Pernambuco, onde foi governador. Um dos mais conhecidos políticos do Nordeste, Arraes é considerado referência do socialismo e um dos mais importantes líderes da esquerda brasileira, desempenhando

papel de liderança no Partido Socialista Brasileiro, do qual foi presidente.

O parlamentar foi prefeito do Recife, deputado estadual, federal e eleito três vezes governador de Pernambuco. Sua carreira política foi marcada pela luta contra a desigualdade social e por iniciativas sociais. Arraes faleceu em 13 de agosto de 2005, vítima de infecção generalizada.

Seu neto, Eduardo Campos, foi governador de Pernambuco e morreu em um acidente

aéreo em 2014, em meio à campanha para a Presidência da República.

## Exposição

Além da sessão solene, Câmara e Senado farão outra homenagem ao centenário de Arraes. Às 9h30, o Instituto Miguel Arraes, em parceria com a Fundação João Mangabeira, inaugurará a exposição fotográfica *Miguel Arraes 100 Anos*, no corredor de acesso ao Plenário da Câmara dos Deputados.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### CDH Previdência Social

8h30 Ciclo de debates sobre a Previdência Social, com foco na PEC 287/2016.

### CI Modelo de geração de energia

8h30 Audiência sobre a necessidade de alterar o modelo de geração de energia elétrica.

### CCT Limite para cobranças

8h45 A comissão pode votar o PLC 108/2015, que impõe limite para alertas de cobrança de telefônicas a clientes.

### CMA Valor energético de bebidas

9h30 Na pauta, o PLS 360/2014, que determina informar o valor energético no rótulo de bebidas alcoólicas.

### CAE Sistema Tributário Nacional

10h Reunião deliberativa com 22 itens e avaliação da política do Sistema Tributário Nacional.

### CRE Acordos internacionais

10h Análise de acordos internacionais.

### PLENÁRIO Teto de gastos

10h Sessão extraordinária para discussão da PEC 55/2016, que limita gastos públicos. Às 14h, sessão ordinária.

### PRESIDÊNCIA Ordem do dia

10h Renan Calheiros preside a ordem do dia. Às 19h, sessão do Congresso Nacional.

### CMMC COP-22

11h Relatório anual das atividades do colegiado. Na sequência, análise da 22ª Conferência sobre Clima da ONU (COP-22).

### TRANSPARÊNCIA Políticas públicas

11h A Comissão de Transparência e Governança Pública analisa o PLC 140/2015, que dispõe sobre o licenciamento eletrônico de veículos e, logo depois, avalia relatórios sobre políticas públicas.

### CONGRESSO Miguel Arraes

12h Sessão solene em homenagem ao centenário de nascimento de Miguel Arraes.

### MP 748/2016 Mobilidade urbana

14h30 Análise de relatório da MP que prorroga o prazo para elaboração de planos de mobilidade urbana.

### MP 751/2016 Cartão Reforma

14h30 Instalação e eleição de presidente e vice-presidente da comissão mista responsável pela MP que cria o Programa Cartão Reforma.

### DESBUROCRATIZAÇÃO Instalação

14h30 Reunião de instalação da Comissão Mista de Desburocratização.

### MP 752/2016 Contratos de parceria

15h Instalação e eleição do presidente e vice-presidente da comissão mista da MP que cria novas regras para contratos de parceria.

### SESSÃO DO CONGRESSO Orçamento

19h Sessão conjunta do Congresso Nacional para apreciação de vetos e projetos de lei. Entre eles, o que trata da Lei Orçamentária 2017.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)



Senadores na votação da PEC em primeiro turno, no fim de novembro: base do governo se empenha pela aprovação

## Plenário pode aprovar hoje a PEC do Teto de Gastos

Contrária à proposta, a oposição promete obstruir a votação e anunciou ter entrado com mandado de segurança no STF para suspender análise. Se for aprovada, a PEC deve ser promulgada na quinta-feira

EM SESSÃO MARCADA para as 10h, o Senado pode concluir hoje a votação da PEC do Teto de Gastos, a proposta de emenda à Constituição que limita o aumento dos gastos públicos à variação da inflação pelos próximos 20 anos. O texto (PEC 55/2016) foi aprovado em primeiro turno por 61 votos a 14, em novembro. Caso seja aprovada em segundo turno, deverá ser promulgada na quinta-feira.

Primeiro item da ordem do dia do Senado, a PEC teve tramitação acelerada: o texto passou por três sessões de discussão em um único dia, na quinta-feira.

Parlamentares de oposição anunciaram que pretendem recorrer a todos os dispositivos regimentais para obstruir a votação. Além disso, a oposição anunciou já ter ingressado com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender a votação. A base do governo, por sua vez, promete empenhar-se pela aprovação ainda hoje, para permitir a promulgação da proposta antes do recesso parlamentar do final de ano.

Encaminhada pelo governo de Michel Temer ao Congresso com o objetivo de conter o gas-

to público, a PEC é polêmica e divide os senadores. Segundo os apoiadores da medida, a limitação de despesas é necessária para o ajuste fiscal e não vai prejudicar os gastos sociais. Para a oposição, a PEC vai impedir investimentos públicos, agravar a recessão e prejudicar os mais pobres, ao diminuir recursos para áreas como educação e saúde.

Outra proposta em pauta que divide opiniões é o projeto que permite à administração pública vender para o setor privado os direitos sobre créditos tributários e não tributários. O PLS 204/2016 — Complementar, do senador licenciado José Serra (PSDB-SP), é o segundo item da ordem do dia.

### Reforma política

Destacam-se ainda na pauta de hoje o PLS 280/2016, de Renan Calheiros (PMDB-AL), que define os crimes de abuso de autoridade; a PEC 113-A/2015, que trata da reforma política, dando fim à reeleição para cargos do Executivo; o PLC 30/2015, que regula os contratos de terceirização; e a PEC 62/2015, que extingue o efeito cascata nos salários dos agentes públicos da União, dos estados e municípios.

Também podem ser votados três projetos da Comissão Especial do Extrateto. Um deles, o PLS 449/2016, busca regulamentar o limite remuneratório no serviço público federal.

A pauta inclui ainda o PLS 559/2013, que estabelece novo marco legal para licitações e contratos. O texto ainda deve passar por turno suplementar de votação antes de ser enviado à Câmara dos Deputados.

### Congresso

O Congresso também se reúne hoje. Em sessão às 19h, senadores e deputados devem votar nove vetos presidenciais e concluir a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que teve o texto principal (PLN 2/2016) aprovado em agosto e depende da análise de três destaques. A pauta inclui ainda projetos para liberação de recursos para ministérios e projetos de resolução.

O Congresso tem outra sessão marcada para amanhã, às 11h, e pode voltar a se reunir na quinta-feira para tentar aprovar a proposta orçamentária para 2017 (PLN 18/2016). A votação do texto na Comissão Mista de Orçamento (CMO) está prevista para amanhã.

## Animação ensina o que é refinanciamento da dívida

Mais um vídeo da série de animações Orçamento Fácil foi lançado ontem no Portal de Notícias do Senado. Com linguagem simples e atraente, o internauta poderá ter as noções básicas de um tema complexo como é o refinanciamento da dívida pública brasileira.

Considerada o primeiro projeto pedagógico multimídia, desenvolvido pela Secretaria de Comunicação em parceria com a Consultoria de Orçamento, a série conta agora com

13 vídeos, que explicam as 3 leis que compõem o sistema orçamentário do país (PPA, LDO e LOA) e a dívida pública.

Lançado há três anos, o projeto vem obtendo grande aceitação. Registrou mais de 848 mil visualizações. E a meta é ultrapassar a marca de 1 milhão em 2017. Além do Portal de Notícias e do canal do projeto no YouTube, o vídeo pode ser acessado em portais de transparência como os dos governos de Santa Catarina e do Rio de Janeiro. As anima-

ções também foram usadas pelo Unicef em Angola.

A série faz parte de um esforço do Senado para dar transparência ao Orçamento. Hoje deve ser lançada mais uma ferramenta para facilitar o acesso do cidadão a informações sobre receita e gastos públicos. Intitulada Siga Brasil Painéis, deve ser apresentada em sessão do Senado, antes da votação do teto de gastos.

Conheça o Orçamento Fácil  
[www.senado.leg.br/orcamentofacil](http://www.senado.leg.br/orcamentofacil)

## Prazo para repatriação atinge verbas da saúde, diz relator

O financiamento da saúde corre o risco de, no próximo ano, ficar abaixo do piso constitucional, caso o Congresso mantenha o prazo de seis meses para adesão ao regime especial de repatriação de recursos do exterior. Foi o que alertou ontem o relator-geral do Orçamento de 2017, Eduardo Braga (PMDB-AM).

Ele explicou que os investimentos em saúde dependem desses recursos para alcançar o patamar de 15% da receita corrente líquida, determinado pelo artigo 198 da Constituição. No entanto, observou que os novos termos da repatriação, aprovados pelo Senado em novembro (PLS 405/2016), podem prejudicar a arrecadação.

—A lei está dando prazo muito elástico. Significa dizer que a Receita Federal não terá como fechar os números da repatriação antes do término

do primeiro semestre. Se isso não for corrigido, provavelmente haverá contingenciamento no início do ano e o acordo em torno da saúde não entrará em vigor — disse.

O contingenciamento pode custar até R\$ 10 bilhões ao orçamento da saúde, segundo ele. Isso pode ser evitado se o projeto for alterado para reduzir o prazo. O texto está na Câmara dos Deputados (PL 6568/2016), em regime de urgência, e precisa passar por três comissões antes de ir a Plenário. Caso haja a mudança, terá de voltar ao Senado.

O Congresso deve votar o Orçamento de 2017 na quinta-feira. A previsão é de que seja votado na véspera na Comissão Mista de Orçamento (CMO). O relator disse ter conversado com 200 parlamentares no fim de semana e garantiu haver entendimento para aprovar o seu relatório.

## Telmário apresenta relatório sobre obras com irregularidades

O senador Telmário Mota (PDT-RR), coordenador do Comitê de Avaliação de Obras com Índícios de Irregularidades Graves, apresenta hoje relatório à Comissão Mista de Orçamento (CMO). O documento aponta obras e serviços com indícios de irregularidades graves e recomenda sua retirada do Orçamento da União de 2017 (PLN 18/2016). O material é baseado em um acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) e em audiências feitas pela CMO.

Entre as obras com recomendação de bloqueio e retirada do Orçamento,

estão parte da implantação da usina termonuclear de Angra 3, parte da construção de fábrica de hemoderivados em Pernambuco, o controle do corredor de ônibus na Radial Leste, em São Paulo, e o BRT de Palmas.

Pelo relatório, o bloqueio deverá ser exercido exclusivamente sobre o contrato, convênio ou parcela mencionada, e não sobre o conjunto das obras. As razões para cada recomendação estão descritas no documento, que traz ainda informações do TCU e argumentações e esclarecimentos dos órgãos de controle e execução.

## Comissão discute primeiros dados sobre obras federais inacabadas

O relatório preliminar da Comissão Especial das Obras Inacabadas será apresentado amanhã por Wilder Moraes (PP-GO). Às 11h30, haverá audiência pública sobre a situação das obras inacabadas financiadas por recursos federais. Foram convidados representantes do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.

Para compor o relatório, a comissão pediu informação a diferentes órgãos sobre obras paralisadas, atrasadas ou que ainda não se iniciaram. O Ministério do Planejamento apresentou uma lista prioritária com 1,6 mil obras que devem ser retomadas. Há obras orçadas entre R\$ 500

mil e R\$ 10 milhões.

A comissão foi criada por sugestão de Ataídes de Oliveira (PSDB-GO), que assumiu a presidência do colegiado. Em um ano, deverá sugerir soluções para o problema das obras inacabadas financiadas por recursos federais.

Para Ataídes, é inaceitável constatar a quantidade de obras públicas abandonadas antes da conclusão. Mesmo reconhecendo que, em alguns casos, a paralisação da obra seja decorrente de restrições orçamentárias, ele afirma que a causa maior é falta de planejamento e de profissionalismo dos gestores públicos, além de práticas viciadas.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

# Novo marco legal do tráfico de pessoas facilita punição e amplia proteção à vítima

Lei que entrou em vigor em novembro retipificou o crime, antes previsto no Código Penal apenas em casos de exploração sexual, entre outros avanços

Elina Pozzebom

I.A.L., 30 ANOS, é um operário da construção civil que vive em Minas Gerais. Ele e mais 13 cidadãos, recrutados no estado e na Bahia, receberam uma boa oferta de emprego, com promessa de carteira assinada, salário de R\$ 1.500, alimentação, alojamento e outros benefícios para trabalhar na obra de uma construtora de Belo Horizonte, em janeiro de 2015.

O combinado se mostrou uma farsa quando os homens, conduzidos em ônibus clandestinos para canteiros em cidades mineiras distintas, em vez da capital, foram confinados em alojamentos sujos e precários, mal equipados, com comida escassa, sem contato com parentes, sem contrato formal de trabalho e sem receber o salário acertado, já que tiveram descontados da remuneração as passagens, a alimentação e até o botijão de gás. Foram resgatados três meses depois, em Lagoa Santa (MG),



O tráfico de pessoas para exploração sexual ainda é o mais comum no Brasil, mas a nova lei reconhece também outras formas, como o trabalho escravo e a adoção ilegal

numa fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais.

— Tal situação é considerada tráfico de pessoas. Há aliciamento, mediante fraude, que mais adiante se revela em falsas promessas. Eles enfrentam péssimas condições de trabalho, que ferem diretamente as garantias mínimas do ordenamento juslaboral,

em condições de escravidão — explicou a pesquisadora Rayana Campos, de Belo Horizonte.

Se a Lei 13.344/2016, que atualiza a legislação para o tráfico de pessoas, já vigorasse, os envolvidos no aliciamento dos trabalhadores seriam mais facilmente enquadrados como traficantes, para submissão a trabalho análogo ao de escravo.

Antes da lei, que entrou em vigor em 21 de novembro, para uma possível acusação, eram necessárias inúmeras interpretações, remissões a tratados internacionais e equiparações de condutas penais. A acusação agora tornou-se mais rigorosa e sistematizada, facilitando a operação da Justiça, e mais abrangente, pois deixa de re-

conhecer o tráfico de pessoas apenas quando é para fins de exploração sexual.

— O caso é de tráfico de pessoas, que é aliciar, recrutar, transportar, [...] por meio de fraude. Então, a lei pega todo mundo. São traficantes de pessoas — complementa o consultor legislativo do Senado Jayme Benjamin.

## Muitos não percebem que sofreram crime

A defensora pública federal e coordenadora do Grupo de Trabalho de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da DPU, Vivian Santarém, explica que o crime de tráfico “é você extinguir a liberdade de uma pessoa, aproveitando-se de coação, fraude ou situação de vulnerabilidade daquela vítima para fins de exploração”.

— É restringir a liberdade do ser humano para explorá-lo, seja no trabalho, sexualmente ou de qualquer outro tipo — resume. Pela natureza complexa e pouco visível do crime, é difícil apurar a ocorrência e calcular o número real de vitimados. Os casos são quase sempre subnotificados, segundo ela.

As vítimas costumam ser mulheres, travestis e transexuais, crianças e adolescentes, especialmente no trabalho escravo, homens de 18 a 30 anos, quase sempre em condições de vulnerabilidade social e econômica.

— É um crime perverso, que viola direitos humanos inalienáveis: a liberdade, a integridade física e psicológica, a honra e a dignidade da vítima. Os fins de

exploração sexual figuram como a principal atividade de tráfico humano, mas a exploração para o trabalho também registra números expressivos — diz.

De acordo com o Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas, com dados coletados por diversos órgãos de governo e sintetizados pelo Ministério da Justiça de 2011 a 2013, a última consolidação feita, foram 2.089 trabalhadores resgatados no Brasil em 2013, em operações do Ministério do Trabalho, de situações análogas à de escravidão, a exemplo de I.A.L.

O Disque 100, telefone para denúncias da Secretaria de

Direitos Humanos, em 2013 registrou 309 vítimas de tráfico de pessoas: 135 mulheres, 49 homens e 125 sem distinção de gênero. Já os dados dos boletins de ocorrência das polícias estaduais indicam a existência de 113 vítimas de tráfico para trabalho escravo no país. Para a exploração sexual, há registros de 123 vítimas locais e 11 para o exterior. São Paulo e Minas Gerais lideram as estatísticas.

No mesmo ano, 62 brasileiros foram traficados para fora do país. Desse total, 21 cidadãos, a maioria homens (11), trabalharam em regime de escravidão (na China, em Bangladesh, entre outros). De 2005 a 2013, foram 160 registros de brasileiros em trabalho análogo ao de escravo em outros países, segundo o Ministério das Relações Exteriores.

Para exploração sexual no exterior, do total de 41 registros, em 2013, foram 36 mulheres e 5 pessoas de gênero não informado. A maior parte das mulheres vítimas de tráfico sexual foi resgatada da Suíça (17). De 2005 a 2013, o total de traficados para exploração sexual fora do país chegou a 382.



A defensora Vivian Santarém destaca que o crime viola os direitos humanos

## Proposta por CPI, lei amplia conceito, simplifica processo e aperfeiçoa investigação

Novo marco legal para o tráfico de pessoas, a Lei 13.344/2016 é resultante de projeto de lei da CPI do Tráfico de Pessoas, que funcionou no Senado em 2011 e 2012. O projeto (PLS 479/2012) buscou adequar a legislação brasileira ao Protocolo de Palermo, tratado da Organização das Nações Unidas (ONU) editado em 2000, do qual o Brasil é signatário.

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que presidiu a CPI, o principal objetivo foi mudar a legislação para facilitar a identificação do crime.

— O tráfico de pessoas era mais invisível ainda porque nem a legislação brasileira o tipificava corretamente — explicou.

O Código Penal só tipificava o crime de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, tanto o interno quanto o internacional. Mas o sistema de Justiça já trabalhava para punir os outros crimes correlatos, como escravidão e tráfico de órgãos. A lei simplificou o processo.

— O que a lei fez: criou um artigo único sobre tráfico de pessoas que prevê diversas finalidades de exploração: sexual, do trabalho

escravo, remoção de órgãos e tecidos, adoção ilegal — explicou a defensora pública Vivian Santarém.

O novo artigo do Código Penal diz que é crime de tráfico de pessoas, interno e internacional, “agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso”, com o intuito de remove-lhe órgãos, submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo ou a qualquer tipo de servidão, para adoção ilegal ou exploração sexual.

A pena prevista é de quatro a oito anos de prisão, mais pagamento de multa. A punição é aumentada caso o crime seja cometido por funcionário público ou contra crianças, adolescentes e idosos. A penalidade também pode ser agravada quando a vítima é traficada para o exterior.

### Inovações

O marco legal amplia o enfrentamento ao tráfico de pessoas trabalhando em três eixos: prevenção, proteção à vítima e repressão. A mudança mais sig-



Vanessa Grazziotin, que presidiu a CPI, e a subprocuradora-geral Luiza Frischeisen

nificativa está na proteção, com a criação de uma política completa de assistência às vítimas.

— A lei prevê assistência jurídica, social, trabalho e emprego, saúde, acolhimento e abrigo provisório, prevenção à revitimização da pessoa e atendimento humanizado, nos moldes do que acontece com vítimas de estupro — diz Jayme Benjamin.

A subprocuradora-geral da República e coordenadora da 2ª Câmara Criminal do Ministério Público Federal (MPF), Luiza Frischeisen, destaca inovações para a melhoria da investigação e combate ao crime. Entre elas, a possibilidade de formação de



Luiza Frischeisen, subprocuradora-geral do MPF

equipes conjuntas de investigação — de agentes que trabalham com tráfico de pessoas dos outros países e Ministério Público e polícia brasileira — e dispositivos especiais para bloqueio de bens de quem está fazendo o tráfico, a alienação antecipada.

— A nova lei traz um conjunto de normas, não só normas penais. Está preocupada com a proteção à vítima, com as condições de investigação, de conseguir apreender o produto e bloquear o dinheiro usado para tráfico — analisou.

Mais poderes também foram concedidos à polícia e ao MPF para acessar dados, acrescentou

Benjamin. O delegado não precisa mais de autorização judicial para requisitar das prestadoras de serviço de telefonia informações sobre a localização da vítima, ou de suspeito, de delito que estiver em curso.

Outra mudança, explica Vivian, é a concessão de residência permanente aos estrangeiros vítimas de tráfico de pessoas no Brasil, com extensão às famílias. Isso é importante para que os traficados testemunhem no processo penal. A DPU tem atuado muito em São Paulo com bolivianos explorados na indústria têxtil, e no Rio de Janeiro, com chineses em pastelarias. Ela também destacou a criação um banco de dados nacional, com unificação e tratamento melhorado das informações dos órgãos brasileiros que lidam com o problema (polícias federal, rodoviária, civis e militares, Itamaraty, Ministério do Trabalho, secretaria de mulheres e de direitos humanos, entre outros). Tal banco é fundamental para fomentar políticas públicas, ter noção do fenômeno no Brasil e criar medidas concretas de combate.

## Ação articulada das esferas de governo e trabalho em rede são diretrizes para o combate

A Lei 13.344 também obriga a efetivação de campanhas socioeducativas e de conscientização, com mobilização de todos os níveis de governo e participação da sociedade civil.

— A nova lei torna obrigatórios

e traz como diretrizes a ação articulada das diversas esferas de governo e o trabalho em rede como forma de combate. A rede é muito importante para o combate ao tráfico — diz Vivian. Ela elogiou o trabalho de

ONGs como o Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH), ligado à Igreja Católica e coordenado, no Distrito Federal, pela irmã Rosita Milesi.

Irmã Rosita diz que o crime de tráfico de pessoas é invisível,

pouco divulgado e que a sociedade não é alertada adequadamente sobre sua existência.

Para ela, o que dificulta a notificação dos casos de tráfico, especialmente quando há exploração sexual, é a vergonha, ou a dificuldade de as pessoas se identificarem como vítimas. Aliás, há quem, em última análise, se ache culpado por ter aceitado um convite, pago para obter um benefício e acabar numa situação de exploração, salientou.

Apesar do avanço considerável, na opinião de Vivian, a nova lei falha na questão da vulnerabilidade. Os vulneráveis social e economicamente — negros,

moradores da periferia, pessoas com baixa escolaridade e baixa renda — são os mais aliciados. Segundo o Protocolo de Palermo, mesmo que a pessoa aceite ser submetida à situação de tráfico, o consentimento é irrelevante por ela ter sido aliciada numa situação vulnerável. Ou seja, pelo protocolo, o caso se enquadra como tráfico.

— A Lei 13.344 foi mais tímida nesse aspecto. Quase não menciona a situação de vulnerabilidade da vítima e, quando o faz, não fala sobre o consentimento da vítima. Nem sempre ela tem consciência de que foi submetida a tráfico — lamenta.

### A Lei 13.344/2016

- Acrescenta um artigo ao Código Penal para prever novas modalidades ao tráfico de pessoas: além da exploração sexual, exploração para trabalho análogo à escravidão, servidão, remoção de órgãos e tecidos, adoção ilegal
- Dá mais poderes para as polícias e o Ministério Público requisitarem informações de vítima ou suspeitos a órgãos do poder público ou de empresas privadas
- Cria uma política integral de proteção à vítima, brasileira ou estrangeira, com assistência jurídica, social, de trabalho e emprego e de saúde
- Permite a concessão de visto de permanência à vítima estrangeira no território nacional, com possibilidade de extensão à família
- Cria um banco de dados nacional com procedimentos de coleta unificados
- Permite a alienação antecipada de bens do investigado ou acusado

### Desconfie

De propostas vantajosas de trabalho ou êxito repentino em outro país ou fora de sua cidade

De promessa de casamento com estrangeiros ricos, especialmente se arranjados por agências ou internet

### Números do tráfico

#### Informações do Itamaraty

Total: 62

- Traficados para trabalho escravo
- Traficados para exploração sexual
- Gênero não informado 3
- Homens 11
- Mulheres 7
- Gênero não informado 5
- Mulheres 36

#### Ocorrências policiais

Total: 254

- Remoção/transplante de órgãos 3
- Exploração sexual internacional 11
- Exploração sexual no Brasil 123
- Trabalho análogo ao de escravo 113
- Tráfico de crianças e adolescentes 4

#### Denúncias do Disque 100

Dados de 2013

Total: 309

- Gênero não informado 125
- Mulheres 135
- Homens 49

2.089 trabalhadores foram resgatados em regime de escravidão pelo Ministério do Trabalho

### Cuidados

Jamais entregue seu passaporte, carteira de trabalho e documentos pessoais a outra pessoa

Deixe com a família ou alguém de confiança o endereço e telefone de onde vai ficar e procure manter contato com familiares e amigos

Informe-se sobre o trabalho, o local e as condições que você encontrará no exterior



Veja o vídeo sobre as mudanças implementadas com o novo marco legal de combate ao tráfico de pessoas: <http://bit.ly/CidadaniaTraffico>

### Saiba mais

Lei 13.344/2016  
<http://bit.ly/Lei13344de2016>

Ministério da Justiça  
<http://bit.ly/denunciaTrafficoPessoas>

Violações de Direitos Humanos  
Disque 100

Central de Atendimento à Mulher  
Disque 180

Veja todas as edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)

# Escolha de advogado-geral da União pode ter de passar pelo Senado

Nome seria escolhido pelo presidente, a partir de lista tríplice, e depois sabatinado pelos senadores. Hoje é escolha livre da Presidência

A NOMEAÇÃO DO advogado-geral da União, atribuição exclusiva do presidente da República, poderá passar a depender de aprovação do Senado, caso a Constituição seja modificada por proposta de emenda à Constituição. A PEC 125/2015 está na agenda de amanhã da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Pelo texto, o processo teria início com a apresentação, pela Advocacia-Geral da União (AGU), de lista tríplice a ser submetida à Presidência da República. Os indicados deverão ter mais de 35 anos e integrar as carreiras que compõem a instituição, tendo notável saber jurídico e reputação ilibada.

O nome escolhido pelo presidente, a partir da lista tríplice, seria então submetido ao crivo do Senado. Para que seja efetivado no cargo e possa cumprir mandato de dois anos, o indicado deve ser aprovado pela maioria absoluta dos senadores. A destituição, pelo presidente da República, também dependeria da aprovação do Senado.



A proposta de Ricardo Ferraço não previa recondução do advogado-geral

A PEC, do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), não menciona a recondução do advogado-geral da União para mais um mandato. Porém, o relator, senador José Maranhão (PMDB-PB), apresentou emenda para incluir a possibilidade de uma recondução.

O texto também prevê que, em caso de infração penal, o advogado-geral seja julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), como já ocorre com presidente e vice-presidente da República, deputados e senadores, ministros e pro-

curador-geral da República.

Maranhão retirou da proposta o detalhamento sobre a forma de escolha da lista tríplice de candidatos ao cargo de advogado-geral da União, deixando à AGU a atribuição de regulamentar o processo.

Depois de passar pela CCJ, a PEC segue para dois turnos de votação em Plenário.

## Proteção à mulher

A pauta de hoje da comissão, que conta com 45 itens, inclui também projeto que torna crime o descumprimento das

medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha (PLC 4/2016).

O texto, que depois vai ser analisado em Plenário, ainda propõe que, por desobediência à decisão judicial, o infrator seja punido com pena de detenção de três meses a dois anos.

Medidas protetivas são impostas pelo juiz para defender mulheres vítimas violência doméstica ou familiar. O objetivo principal é afastar o agressor do lar ou do local de convivência com a mulher.

O magistrado também pode fixar limite mínimo de distância entre o agressor e a vítima. Hoje o descumprimento de medida protetiva não é conduta penal tipificada, o que impede, por exemplo, a prisão em flagrante do agressor que contrariar decisão judicial para que se mantenha distante da vítima.

A relatora, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), considera que o projeto permitirá celeridade na repressão ao agressor que descumprir a medida protetiva.

## Comissão pela desburocratização será instalada hoje

Avaliar processos, procedimentos e rotinas de órgãos públicos federais e as respectivas estruturas organizacionais. Esse é o objetivo da Comissão Mista de Desburocratização, que será instalada hoje. A comissão terá o deputado Julio Lopes (PP-RJ) como presidente e o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) como relator.

Pelo ato conjunto dos presidentes da Câmara e do Senado, os processos e as estruturas administrativas que serão examinados constarão de plano de trabalho previamente aprovado pelo colegiado. O texto 30 dias para recebimento de sugestões da sociedade civil.

Poderão fazer parte do plano a composição dos quadros de pessoal, a estrutura de órgãos públicos e as licitações. O relatório final terá propostas para alterar o ordenamento jurídico, recomendações e proposta de fiscalização e controle.

## Gleisi quer eleições gerais para sanar disputa entre Poderes

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse que, com a crise política, agravada com a divulgação da primeira delação de ex-executivos da Odebrecht, é preciso suspender as votações. Assim, disse, será possível concentrar esforços para superar a crise entre os Poderes.

— Única solução é eleições diretas. Se tem um tema para discutir nessa Casa, é como fazer eleição direta em 2017, antecipar as eleições de 2018. E não só para presidente da República, não. Vamos fazer eleição para todo mundo.



Jefferson Ruy/Agência Senado

## Vanessa pede escolha antecipada de novo presidente

A única saída para a crise política, disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), é a antecipação das eleições presidenciais. Para ela, a situação do país hoje, após seis meses de governo Temer, é ainda mais precária do que a de 2015, quando tiveram início as pressões pelo impeachment de Dilma.

A instabilidade não é apenas política, mas também econômica, disse. As medidas do governo, afirmou, aumentam a recessão e desemprego.

— Que país eles estão entregando ao povo brasileiro? Um país muito mais conflagrado do que quando assumiram. Estão entregando um país pior e não sabem o que fazer.

## Requião diz que delações atingem governo e Congresso

Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou ontem que não resta saída ao Senado senão cancelar a votação da proposta de emenda à Constituição que limita os gastos públicos, da reforma da Previdência Social e do projeto de securitização das dívidas de estados e municípios.

O senador afirmou que a delação do ex-executivo da Odebrecht Cláudio Melo Filho, colhida pela Operação Lava Jato, revela a “privatização” do Congresso Nacional a partir de doações das empreiteiras.



Jefferson Ruy/Agência Senado

## Elmano aponta crise de Estado e revolta contra políticos

Elmano Férrer (PTB-PI) chamou a atenção para a crise do Estado moderno. Para ele, a configuração do Estado requer reavaliação e a introdução de novas práticas de gestão pública.

O parlamentar alertou para a crescente revolta do povo contra a classe política.

— O que está ocorrendo é a perda de confiança nos sistemas de governo. Entre outras razões, pela inobservância de princípios éticos, pelo descaso do setor público com questões essenciais, pelo desprezo ao princípio do mérito.



Jefferson Ruy/Agência Senado

## Paim destaca PEC que previa pleito para outubro

Paulo Paim (PT-RS) voltou a defender a antecipação de eleições presidenciais. Ele lembrou que foi um dos senadores que propuseram em abril uma PEC que previa para outubro eleição do presidente.

O senador disse que no começo do ano já vislumbrava o agravamento das crises política e econômica. Ele afirmou que o país está estarrecido com as denúncias do ex-diretor da Odebrecht, que envolvem Michel Temer.

— Por muito menos afastaram a presidenta Dilma. Me digam se a presidenta Dilma está envolvida em denúncias do nível em que está envolvido o atual presidente?

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer  
**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Diretor-adjunto:** Sílvio Burle  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Debate expõe críticas à PEC do Teto de Gastos

Em audiência para discutir o Dia Internacional dos Direitos Humanos, participantes afirmaram que a limitação da despesa pública terá graves consequências na área social

A IMINENTE APROVAÇÃO no Senado da PEC 55/2016, a PEC do Teto de Gastos, foi criticada em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem. Destinada a debater o Dia Internacional dos Direitos Humanos, celebrado em 10 de dezembro, a audiência abordou os problemas que o país enfrenta na área. Para os debatedores, a PEC, que limita os gastos públicos por 20 anos, tornará ainda mais precário o acesso da população a direitos.

Presidente da CDH, o senador Paulo Paim (PT-RS) abriu a audiência lendo documento em que o relator especial da ONU para a extrema pobreza e direitos humanos, Philip Alston, critica a PEC. Para ele, o debate sobre a proposta foi apressado pelo Congresso e pelo governo, sem considerar as consequências sociais. Além disso, a maioria dos brasileiros não conhece o conteúdo do texto e os que conhecem

são contra. Alston disse que a medida põe toda uma geração futura em risco de receber proteção social muito abaixo do necessário.

Fundadora da Associação Internacional Maylê Sara Kalí, que defende direitos dos povos romani, Lucimara Cavalcante sugeriu realização de referendo sobre a PEC. Segundo ela, a população precisa se manifestar sobre tema tão importante.

A conselheira tutelar Clementina Bagno também criti-

cou a proposta, que, segundo ela, vai atingir em cheio a juventude negra, junto com as reformas do ensino médio e da Previdência. A conselheira relatou a existência do que chamou de genocídio contra população negra. Segundo ela, só em 2014 foram 23,1 mil homicídios de jovens negros.

representante da Articulação de Mulheres Brasileiras, Joluzia Batista disse que a proposta vai causar empobrecimento radical da população

e acentuar as desigualdades que o país tentava superar. Ela defendeu causas feministas, como a descriminalização do aborto e a luta contra o feminicídio e a cultura do estupro.

Ao final da audiência, Paim apoiou realização de referendo sobre a PEC, sugerido por Gleisi Hoffmann (PT-PR).

## Movimentos sociais

Também participaram do debate representantes do Movimento dos Trabalhadores

Res Rurais sem Terra (MST), do Conselho Federal de Psicologia, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, entre outras entidades.

O representante dos povos indígenas, Poran Potiguara, criticou a intenção do governo de modificar, por meio de um decreto, a demarcação de terras dos povos indígenas, enquanto o presidente do conselho, Fábio Félix, mostrou preocupação com a agenda "conservadora e de extrema direita" que quer reduzir a maioria penal.

O delegado da Polícia Federal Francisco Badenes apresentou uma testemunha de crimes de grupo de extermínio em Alvorada do Norte (GO). A testemunha relatou sofrer ameaças de morte por parte de policiais militares e civis, por ter denunciado execuções.



No debate, Paim (C) leu documento em que relator da ONU diz que a PEC reduzirá proteção social para toda uma geração

Edilson Rodrigues/Agência Senado

## Proposta prevê que SAC atenda ligação de celular

Começou a tramitar na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) projeto que obriga os serviços de atendimento telefônico ao consumidor a atender também ligações de celular (PLS 445/2016).

Apresentada pelo senador Roberto Muniz (PP-BA), a proposta prevê que as ligações de celular sejam gratuitas.

Na justificativa do projeto, o senador afirma que a telefonia móvel no Brasil, segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) de julho de 2016, é quase cinco vezes maior que a telefonia fixa, com 252,6 milhões de linhas de celular.

Para ele, os serviços de

atendimento ao consumidor (SACs) não podem ignorar a demanda crescente dos consumidores que optam pelo celular.

"Na contramão das estatísticas e da praticidade, muitos SACs não aceitam ligações provenientes de celulares, o que por vezes gera extremo aborrecimento e dificuldades para uma população que cada vez mais usa apenas celular", argumenta o senador.

Segundo Muniz, a iniciativa da proposta vem sugestão de um consumidor da Bahia.

"Hoje é comum aos moradores do interior optarem exclusivamente pelo celular como meio de comunicação.

Foi daí, por sinal, que recebi do cidadão Márcio José de Jesus Silva, do município de Rio Real, a ideia para este projeto de lei, a quem desde já agradeço pela ideia e oportunidade de trazer mais acessibilidade ao povo do Brasil".

Pelo projeto, as prestadoras de serviços que não cumprirem a decisão poderão sofrer sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor, como multa e revogação de concessão, além das penalidades que constam de normas dos órgãos reguladores.

A proposta será votada em decisão terminativa na CCT. Se for aprovado, o texto pode seguir direto para a Câmara.

## Atuação da Anatel será debatida hoje por senadores e especialistas

Medidas para o aprimoramento da atuação e o fortalecimento da estrutura da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) serão debatidas amanhã em audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Na audiência, também será analisado relatório de atividades da Ouvidoria da Anatel em 2015. O texto contém uma apresentação, seguida por quatro seções temáticas, que tratam da regulação, do atendimento, da gestão da agência e da atuação da Ouvidoria.

O relatório traz conclusões

baseadas na avaliação da Ouvidoria sobre a atuação da Anatel referente ao atendimento ao cidadão, aos acompanhamentos técnicos e à pesquisa de satisfação dos usuários. As observações críticas vêm acompanhadas de recomendações de melhorias.

Entre os convidados, estão o presidente do Conselho Diretor da Anatel, Juarez Nascimento, e auditor do Tribunal de Contas da União (TCU) Paulo Sisnando Rodrigues de Araújo.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Roberto Muniz destaca 8º Fórum Mundial da Água

Roberto Muniz (PP-BA) destacou a importância de conservar os recursos hídricos.

O senador mencionou a edição de 2016 do Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos, com o tema "Água e emprego".

Ele informou ainda que Brasília vai receber em 2018 o maior evento global sobre água: o 8º Fórum Mundial da Água. Os preparativos para esse encontro já começaram, uma vez que são esperados 30 mil representantes de mais de 100 países.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Capiberibe: governo prepara decreto contra os índios

João Capiberibe (PSB-AP) alertou contra a edição de um possível decreto do governo de Michel Temer que pode paralisar todo o processo de demarcação e homologação das terras indígenas.

Ele afirmou que o decreto deve contemplar o texto da PEC 215/2000, em tramitação na Câmara dos Deputados, e que transfere a competência da demarcação da União para o Legislativo. A proposta, segundo ele, atende a bancada ruralista ao possibilitar a revisão das terras já demarcadas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Telmário Mota faz balanço de sua atuação em 2016

Telmário Mota (PDT-RR) fez um balanço de sua atuação este ano. Ele informou que apresentou 32 propostas, em áreas como educação, meio ambiente, direito indígena e do trabalho, combate à corrupção e produção alternativa de energia.

O senador citou, entre outros textos, o novo estatuto dos povos indígenas, o que torna mais rigorosa a pena para a prática de injúria racial contra crianças e adolescentes e o que aumenta a pena para quem induzir o eleitor a mudar a zona na qual está inscrito.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Alvaro se solidariza com jornalista condenado no PR

Alvaro Dias (PV-PR) manifestou solidariedade a Celso Nascimento, da Gazeta do Povo, que foi condenado a nove meses e dez dias de prisão após denunciar o atraso de parecer do Tribunal de Contas do estado sobre o edital para construção do metrô em Curitiba.

Com mais de 70 anos, teve a pena substituída por multa de dez salários, mais a suspensão dos direitos políticos.

— Não cabe punição a um jornalista que cumpriu o seu dever e procurou resguardar o direito coletivo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Ferraço defende recriação de fundo para ações portuárias

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) defendeu a recriação do Fundo de Desenvolvimento da Atividade Portuária (Fundap), extinto no governo Dilma Rousseff. Ele informou que o Espírito Santo perdeu quase R\$5 bilhões em recursos desde o fim do Fundap.

Em sua avaliação, a medida tem vício de origem e está ligada a "maracutaia" envolvendo a Odebrecht e o governo do PT. O senador anunciou a apresentação de projeto de resolução para anular o decreto que extinguiu o fundo.

Ferraço também manifestou confiança na aprovação da PEC 55/2016, que limita o teto de gastos do setor público.

# Projeto de reparação de mamas deve ser votado

Iniciativa assegura cirurgia plástica reparadora para ambas as mamas pelo SUS, em caso de mutilação decorrente de tratamento de câncer

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) deve analisar amanhã, às 9h, o substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 5/2016, que assegura a cirurgia plástica reparadora em ambas as mamas pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS), nos casos de mutilação por tratamento de câncer.

O projeto visa aperfeiçoar a legislação, que já prevê a reconstrução mamária gratuita, nos casos de mutilação total ou parcial. A proposta inova ao impor que a plástica seja feita nas duas mamas, mesmo se o tumor estiver restrito a apenas uma, para que se garanta a simetria entre os dois seios.

A relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), incluiu no substitutivo, como da reparação das mamas, também as reconstruções de aréola e mamilos.

## Pesquisas

A comissão pode concluir a votação do projeto que trata da pesquisa clínica e cria marco regulatório para análise e registro de novos medicamentos no tratamento de câncer, Alzheimer, diabetes e de outras doenças, além de fixar regras a serem cumpridas nos estudos em seres humanos (PLS 200/2016).

O projeto — apresentado por Ana Amélia (PP-RS), Waldemir Moka (PMDB-MS) e pelo senador licenciado Walter Pinheiro (PT-BA) — visa proteger a saúde do voluntário de pesquisa, mediante assistência médica durante a execução do estudo. De acordo com os autores, o projeto pretende desburocratizar o sistema e acelerar a liberação de novos testes.

Em 30 de novembro, foi aprovado substitutivo ao projeto, apresentado pelo relator, Otto Alencar (PSD-BA). Falta agora a deliberação da proposta em turno suplementar.

Também será apresentado o relatório de avaliação da política pública sobre os benefícios previdenciários, com foco na aposentadoria por tempo de contribuição. Nessa modalidade, registram-se os maiores valores médios pagos e as menores idades médias de concessão.

O relatório de Ana Amélia mostra que a sustentabilidade do regime pode ser prejudicada pelo desenho de alguns benefícios — aposentadoria rural sem contribuição e



Marcos Oliveira/ Agência Senado — 18/5/2016

A relatora, Marta Suplicy, incluiu no projeto a reconstituição dos mamilos

ausência de idade mínima na aposentadoria por tempo de contribuição — e pelo envelhecimento da população.

Ela destaca dados do IBGE sobre a relação entre a população ativa e os aposentados. Se em 2000 havia 11,5 ativos por idoso, em 2013 a média caiu para 9,3 e a previsão para 2060 é de 2,3, o que tornaria o sistema insustentável.

Ana Amélia recomenda à Secretaria de Previdência que desenvolva um modelo para possibilitar projeções dos benefícios previdenciários.

Será apresentado também o relatório de Paulo Paim (PT-RS) sobre receitas e despesas da Previdência Social em 2015. No texto, ele observa que há duas visões conflitantes sobre a forma de cálculo do resulta-

do do Regime Geral da Previdência Social: a fiscalista e a constitucionalista. A primeira considera somente despesas e receitas previdenciárias, o que resulta em déficit. A outra leva em conta todas as receitas e despesas destinadas à Seguridade Social, ou seja, saúde, assistência social e previdência social, quando não se constata nenhum déficit.

“Não haveria sentido em se falar em déficit da Previdência, na medida em que o sistema Seguridade Social teria o condão de fazer as devidas compensações, tendo em vista que o volume de recursos para o custeio global tem se mostrado compatível com as necessidades orçamentárias do sistema”, afirma Paim no relatório.

## Comissão de Assuntos Sociais analisa fim do imposto sindical obrigatório

A contribuição sindical pode passar a ser cobrada apenas do trabalhador filiado a seu respectivo sindicato, conforme projeto (PLS 385/2016) de Sérgio Petecão (PSD-AC), que poderá ser votado amanhã pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), essa contribuição, também chamada de Imposto Sindical, é devida por todos que participem de determinada categoria econômica ou profissional, ou de profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão. A proposta de Petecão é que a contribuição seja devida somente pelos filiados a um sindicato da categoria.

O projeto também determina que os sindicatos serão responsáveis pela elaboração da lista dos contribuintes. Caso o empregado ou trabalhador autônomo seja filiado a mais de um sindicato, deverá informar ao empregador a entidade para a qual pretende destinar a sua contribuição. O valor da contribuição permanecerá o mesmo já previsto na CLT: um dia de trabalho, descontado

no mês de março.

O senador argumenta que a contribuição atual anestesias a liberdade sindical, pois se trata de “contribuição” que independe de vínculos reais e efetivos entre representantes e representados. Ele lembra que o valor é cobrado, inclusive, de trabalhadores que nem sequer têm sindicato representativo da categoria.

O relator da matéria na CAS, Wilder Moraes (PP-GO), recomenda a aprovação.

“Cresce, inclusive no meio sindical, a convicção de que a extinção desse imposto pode ajudar a fortalecer o poder de representação dos sindicatos”, diz o relator.

A decisão da CAS é definitiva. Se aprovado na comissão e não houver recurso para análise do projeto no Plenário, o texto segue para a Câmara dos Deputados.

Na mesma reunião, a CAS discutirá relatórios de avaliação de políticas públicas do Executivo referentes a aposentadoria por tempo de serviço e apuração de resultados da Previdência Social em 2015. Os relatores são Ana Amélia (PP-RS) e Paulo Paim (PT-RS).

## Municípios pobres podem ter isenção de impostos para serviços

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) pode votar amanhã projeto que isenta de impostos a prestação de serviços públicos em municípios pobres. Além disso, a comissão deve votar o relatório de avaliação do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, política pública que acompanhou em 2016.

O PLS 348/2014 isenta da contribuição do PIS-Pasep e da Cofins a prestação de serviços de fornecimento de energia, saneamento básico e telecomunicações que sejam destinados à população de municípios mais carentes. O benefício será concedido a municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) equivalente a até 80%

da média do país.

O texto é do ex-senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) e tem voto favorável de Humberto Costa (PT-PE). Após votação pela CDR, a proposta seguirá para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Outro projeto em análise é o PLS 68/2016, que concede isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre a importação de máquinas, equipamentos e insumos para a chamada Zona Franca Verde, que agrega municípios de Amazonas, Rondônia, Acre e Amapá.

O PLS 68/2016 é de Raulo Rodrigues (Rede-AP), com relatoria favorável de Davi Alcolumbre (DEM-AP). A proposta também seguirá depois para votação na CAE.

## Alteração do modelo de energia será discutida em audiência

A Comissão de Infraestrutura (CI) realiza hoje, a partir das 8h30, audiência pública sobre a necessidade de alterações no modelo de geração de energia elétrica.

O objetivo é debater as políticas públicas de implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil e suas interdependências com as energias tradicionais na composição da matriz elétrica. A audiência foi solicitada pelo senador Hélio José (PMDB-DF).

Foram convidados para a audiência representantes do Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da União da Indústria da Cana de Açúcar e da Associação

Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, entre outros.

## Sabatina

Em reunião marcada para amanhã devem ser sabatinados Décio Oddone e Felipe Kury, ambos indicados para a diretoria da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Oddone é ex-funcionário da Petrobras e foi indicado para assumir a diretoria-geral da agência. Já Kury foi executivo em empresas como IBM e Microsoft.

Os relatores das indicações são, respectivamente, os senadores Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Senadores debatem relatórios sobre políticas de educação

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) deve analisar amanhã, a partir das 9h45, relatórios sobre políticas públicas escolhidas pelo colegiado para acompanhamento em 2016.

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) apresentará avaliação sobre a implementação da Base Nacional Comum Curricular. Fátima Bezerra (PT-RN) está responsável pela análise do Programa Nacional de Apoio à Cultura. E Romário (PSB-RJ), presidente da comissão, é o relator da Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/2006).

Constam ainda da pauta 31 projetos e requerimentos, entre eles proposta da senadora Fátima Bezerra que cria

a Política Nacional de Leitura e Escrita (PLS 212/2016), projeto que tem voto favorável do relator, senador Paulo Paim (PT-RS).

Poderão ser votados também o substitutivo de Marta Suplicy (PMDB-SP) ao PLS 525/2009, de Cristovam Buarque (PPS-DF), que institui as condições mínimas nacionais para construção e adequação de estabelecimentos escolares de educação básica, bem como para a compra dos equipamentos pedagógicos necessários; e o PLS 293/2014, do ex-senador Wilson Matos, que estabelece a frequência mínima de 85% das aulas para que um estudante de educação básica possa ser aprovado no ano escolar.